4 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei no 248/85, de 15 de Julho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

5 — Requisitos de admissão
5.1 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas:

a) Satisfaçam as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Sejam técnicos superiores principais e satisfaçam as condições previstas na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.
c) Possuam experiência profissional no âmbito do conteúdo e da área funcional do lugar a prover, devidamente comprovada.

5.2 — Outros requisitos — Constituem factores de preferência:

Experiência comprovada na área de turismo;
Habilitações literárias na área de Gestão e planeamento em turismo.

6 — Local, remuneração e condições de trabalho — o lugar a concurso situa-se na Direcção Regional da Economia do Centro, Rua Câmara Pestana, 74, 3030-163 Coimbra, sendo a remuneração fixada de acordo com a escala salarial correspondente à categoria de assessor. As regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública Central.
7 — Apresentação das candidaturas:
7.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura.
7.2 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director Regional da Economia do Centro, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para esta Direcção Regional, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone;
b) Referência do lugar e do concurso a que se candidata;
c) Habilitações literárias e qualificações profissionais;
d) Categoria que actualmente detém no serviço a que pertence e natureza do vínculo;
e) Menção expressa dos documentos anexos ao requerimento.

7.3 — O requerimento deverá ser acompanhado obrigatoriamente da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
b) Declaração autenticada do serviço especificando o conjunto de tarefas, funções e responsabilidades cometidas ao candidato, bem como o período a que as mesmas se reportam;
c) Documentos comprovativos das habilitações profissionais e das acções de formação frequentadas, com indicação das entidades que as promoveram e respectiva duração;
d) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho;
e) Declaração passada e autenticada pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a antiguidade nessa categoria, na carreira e na função pública, contada em anos, meses e dias, bem como a classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeito de promoção, com indicação da menção qualitativa e quantitativa;
f) *Curriculum vitae,* detalhado e devidamente assinado, dele devendo constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos, actividades relevantes e formação profissional detida indicando a respectiva duração, conteúdos programáticos, datas de realização e entidades promotoras, quaisquer outros elementos facultativos que os candidatos entendam dever especificar, para melhor apreciação do seu mérito.

7.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.
7.5 — Os candidatos em exercício de funções na Direcção Regional da Economia do Centro estão dispensados de apresentar os documentos comprovativos, referidos nas alíneas *a*), *c*), e *d*) do n.º 7.3, desde que se encontrem arquivados no respectivo processo individual.

8 — Métodos de selecção:
8.1 — Nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar, são os seguintes:

a) Avaliação curricular;
b) Entrevista profissional de selecção.

8.2 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
9 — Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descrevem, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
10 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas, nos prazos estabelecidos, nesta Direcção Regional, durante as horas normais de expediente.
11 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
12 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Lúcia Monteiro, directora de serviços.
Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Luísa da Silva Ramalho, assessora principal;
Eng.ª Lídia Mendes Duvergé Rodrigues, assessora.

Vogais suplentes:

Eng.º Armando Eugénio Godet Ferreira Agria, assessor principal;
Eng.º Carlos Alberto Lourenço Estevinho, assessor principal.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

16 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto.*

Despacho (extracto) n.º 270/2009

Por meu despacho de 2008-12-10, António Cerveira de Sousa, técnico especialista do quadro de pessoal desta Direcção Regional — transita por reclassificação profissional, ao abrigo dos artigos 7.º e 10.º do Decreto-Lei 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico superior de 1.ª classe. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

16 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto.*

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Aviso (extracto) n.º 205/2009

Por despacho de 12 de Dezembro de 2008 do presidente do conselho directivo do Instituto Português da Qualidade:

Elisabete Maria Rodrigues Mateus, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Português da Qualidade, I. P. — nomeada definitivamente assessora do mesmo quadro, escalão 1, índice 610.

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Marques dos Santos.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 271/2009

Por meu Despacho de 15 de Dezembro de 2008:

José Henriques Branco, motorista de pesados, do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional de Investigação Agrária — provido em lugar vago da categoria de motorista de ligeiros do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do n.º 9 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de

Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, com produção de efeitos à data do presente despacho.

17 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás.*

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 272/2009

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 2.º Grau — Chefe de Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação — constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no Público, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato, João Daniel Mota Oliveira.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, foi considerado que face a tais resultados, o candidato, João Daniel Mota Oliveira, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, por Despacho de 13-11-2008, do Sr. Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte, foi nomeado para o cargo de Chefe de Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação, o Licenciado, João Daniel Mota Oliveira, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.os 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 2008-11-13.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de contas)

4 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho.*

Nota curricular

Dados Pessoais — João Daniel Mota Oliveira, casado, nascido em 08/07/1961, residente na Rua Afonso Palmeira n.º 74 — 4.º Dt.º São Victor — 4700 Braga.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia de Sistemas e Informática

Formação Profissional:

"Gestão Moderna" / "Balanço e Perspectivas para o EDM", ministrados pela DRAEDM;

"Planeamento de Sistemas de Informação"; "Administração de Dados"; "Gestão da Contratação de Sistemas e Tecnologias da Informação".

"FORGEP", ministrados pelo INA.

Membro da Ordem do Engenheiros.

Experiência Profissional:

Desde 1986, assumiu a gestão dos serviços de informática da DRAEDM, tendo sido coordenador de variadíssimos projectos de reorganização e informatização desde a Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, passando pela Gestão Documental e pela concepção, implementação e controlo da Rede de Telecomunicações e rematando, nos últimos anos, com a introdução das tecnologias e métodos associados aos Sistemas de Informação Geográfica.

Participações em Projectos: Task Force do Ano 2000, do MADRP; Modelo de Gestão Territorial do Património Vitivinícola da Região dos Vinhos Verdes, PO Norte, Medida 1.4 Valorização e Promoção Regional e Local; SIGN — Sistema de Informação Geográfica para o território rural de Galiza — Norte de Portugal, INTERREG III A; FormaFuturo — A Formação Profissional Agrária no Entre Douro e Minho: passado, presente e futuro, Programa AGRO, Acção 7.3; SIGN II — Infra-estrutura de Dados Espaciais para o território Rural da Galiza — Norte de Portugal, INTERREG III A; Portal Interno do MADRP.

Artigos Publicados: Programa GENE (Gestão Electrónica Normalizada do Expediente), Informação & Informática, Instituto de Informática, 1995; Escrita em parceria de "La información geográfica y las (as)simetrías regionales en espacios de frontera: SIGN — Sistema de Información Geográfica para el territorio rural de Galicia-Norte de Portugal", ESIG 2004 — Resumos, 2004; "Modelo de Gestão Territorial do Património Vitivinícola da Região dos Vinhos Verdes".

Apresentação do Projecto, O Minho, A Terra e o Homem, 2004; Projecto SIGN — Sistema de Informação Geográfica para o território rural de Galicia — Norte de Portugal, O Minho, A Terra e o Homem, 2004.

Comunicações em Seminários e Congressos: Gestão Documental na Administração Pública (INA), Oeiras — "A Gestão Documental distribuída por sites dispersos geograficamente"; Jornadas ESRI Portugal, Porto — "O SIG como componente do Sistema de Informação da Organização"; Encontros de Utilizadores ESRI, em 2004 (Lisboa) e 2006 (Lisboa, Funchal, S. Miguel) "Projecto Modelo de Gestão Territorial do Património Vitivinícola da Região dos Vinhos Verdes"; Jornadas de Informática — JOIN06, Universidade do Minho, Braga. Representante dos antigos alunos na Comemoração dos 30 Anos da Informática na UM.

Prémios recebidos: Prémio DESCARTES — Secretariado para a Modernização Administrativa, com o Projecto GENE — Gestão Electrónica Normalizada do Expediente, 1996; Menção Honrosa do Prémio DESCARTES com o projecto SIGA — Sistema Integrado de Gestão Administrativa, 1996; Projecto de Excelência do ano de 2004, atribuído pela ESRI, com o projecto Modelo de Gestão Territorial do Património Vitivinícola da Região dos Vinhos

Em 11 de Maio de 2007, é nomeado em regime de substituição Chefe de Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação, conforme Despacho n.º 12172/2007 publicado no D.R. n.º 116, 2.ª Série, de 19 de Junho

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 273/2009

Por despachos de 5 de Novembro e 15 de Dezembro de 2008, respectivamente, do Director Regional-Adjunto de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e do Presidente do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.:

Pedro Manuel Martins Castanheira, Motorista de Pesados, a exercer funções na Estação Zootécnica Nacional — autorizada a requisição para a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, pelo período de um ano, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

15 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *José António de Sousa Canha.*

Despacho (extracto) n.º 274/2009

Por despachos de 08 de Outubro e 17 de Novembro de 2008, respectivamente, do Director Regional-Adjunto de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e do Director-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural:

Maria Clara Bernardes Pereira, Assistente Administrativa Principal, da carreira de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural — autorizada a requisição para a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, pelo período de um ano, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

15 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *José António de Sousa Canha.*

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Despacho n.º 275/2009

Por despacho de 2008.11.26, da Presidente do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P., Paulo Jorge Menano Ribeiro da Fonseca, assistente de investigação com contrato administrativo de provimento, nomeado definitivamente investigador auxiliar, em lugar supranumerário, do quadro de pessoal do ex-IPIMAR, com efeitos a 25 de Novembro de 2008, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, mantido em vigor pelos artigos 62.º e 70.º, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Dezembro de 2008. — O Director, *Carlos Luciano da Costa Monteiro.*

Despacho n.º 276/2009

Por despacho de 2008.11.26, da Presidente do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P., Amparo Celeste Gonçalves, assistente de investigação, em comissão de serviço extraordinária, sexenal prorrogável